



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I CAMPINA GRANDE  
CENTRO PROEAD  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**ERINALDO DIAS DE AMORIM**

**IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA ENTREGA DE CESTAS BÁSICAS  
PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA/UEPB, CAMPUS II DURANTE A  
PANDEMIA DO COVID 19 PARA ENFRENTAMENTO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR**

**CAMPINA GRANDE - PB  
2023**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CAMPUS I CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO PROEAD**  
**CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**ERINALDO DIAS DE AMORIM**

**IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA ENTREGA DE CESTAS BÁSICAS  
PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA/UEPB, CAMPUS II DURANTE A  
PANDEMIA DO COVID 19 PARA ENFRENTAMENTO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR**

Relatório de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração Pública-EAD do Centro PROEAD da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharelado em Administração Pública.

**Orientador:** Prof. Dr. José Pereira da Silva.

**Co-orientador:** Prof. Ms. Thiago Bernardino de Sousa Castro.

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A524i Amorim, Erinaldo Dias de.

Importância da assistência estudantil na entrega de cestas básicas pela Universidade Estadual da Paraíba/UEPB, Campus II durante a pandemia do covid-19 para enfrentamento da insegurança alimentar [manuscrito] / Erinaldo Dias de Amorim. - 2023.

30 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Administração Pública) - Universidade Estadual da Paraíba, EAD - Campina Grande, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. José Pereira da Silva, Coordenação do Curso de Administração - CCEA. "

1. Assistência educacional. 2. Segurança alimentar. 3. Cestas básicas. 4. Pandemia. I. Título

21. ed. CDD 371.7

**ERINALDO DIAS DE AMORIM**

**IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA ENTREGA DE CESTAS BÁSICAS  
PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA/UEPB, CAMPUS II DURANTE A  
PANDEMIA DO COVID 19 PARA ENFRENTAMENTO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR**

Relatório de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração Pública-EAD do Centro PROEAD da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharelado em Administração Pública.

Área de concentração: Administração Pública.

Aprovado em: 20/03/2023

**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. José Pereira da Silva (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Ms. Thiago Bernardino de Sousa Castro (Coorientador)  
Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (UFRN)



Prof. Dr. Adelino Pereira da Silva  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Jurani Oliveira Clementino  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao Senhor Meu Deus, que me permitiu chegar até aqui e a meus familiares pela compreensão e apoio em toda a trajetória acadêmica.

## AGRADECIMENTOS

À Geuda Anazile da C Gonçalves, coordenadora do curso de Especialização, por seu empenho.

Ao professor José Pereira Da Silva pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

Ao meu pai José Ednaldo Dias de Amorim (*in memoriam*), a minha mãe Maria Hilda Amorim (*in memoriam*), as minhas irmãs Ednalva Dias de Amorim, Erinalva Dias de Amorim, as minhas sobrinhas Emanuely Amorim de Medeiros e Ericka Amorim de Medeiros e ao meu sobrinho Erick Dias Amorim Lima, por toda a parceria.

Ao meu querido amigo irmão, Thiago Bernardino de Sousa Castro por toda a força para conclusão desse trabalho e pela sua coorientação.

Aos professores do Curso de Especialização da UEPB, em especial, Bruno Gaião Sibelle Thayse Duarte, Milena Melo, Lucas Morais e Kaline Di Pace Nunes que contribuíram ao longo de trinta meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da UEPB, Jane Siqueira e Larissa Macedo, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos colegas de classe em especial; Antônio Bismarck Colaço Lima, Damiana Fabiana Rufino de Souza, acho que a maior parceria da minha história estudantil, uma equipe inseparável.

“Ninguém é igual a ninguém. Todo ser humano  
é um estranho ímpar.s.”  
(Carlos Drumond de Andrade)

## RESUMO

Este trabalho aborda a temática sobre a importância e o papel fundamental dos Administradores Públicos da educação dentro da gestão e administração nas escolas públicas em momentos atípicos e de calamidade Pública. O ponto principal dessa abordagem foi a questão da educação em período de Pandemia e como lidar com os diversos desafios apresentados. Seria necessário da continuidade ao ensino e priorizar a questão da segurança alimentar no contexto de isolamento social. Dessa forma o papel das Instituições Públicas de Ensino, apoiadas pelos os inúmeros programas de segurança alimentar e prestação de assistência aos alunos das redes públicas, foram analisados e desenvolvidos dentro desse novo cenário, buscando garantir uma educação remota de qualidade e uma alimentação adequada em um período atípico. Apoiado nesses programas de assistências e leis garantidoras de um ensino de qualidade a Escola Agrícola Assis Chateaubriand – Campus II UEPB, município de Lagoa Seca, localizada no Brejo Paraibano. Foi uma das Instituições de Ensino contemplada para desenvolver a entrega de recursos alimentares para seu alunado. A Terceira Gerencia Regional de Ensino – PB, teve um papel fundamental nas entregas das inúmeras cestas básicas distribuídas nas Instituições de Ensinos. Diante das inúmeras Escolas dentro do Estado da Paraíba a Escola Agrícola Assis Chateaubriand (EAAC) encontrou desafios mais complexos tendo em vista que a maioria dos alunos da Escola Agrícola Assis Chateaubriand (EAAC), são moradores de zonas rurais e que diante da pandemia e do isolamento social, ficaram impossibilitados de terem acesso a essas cestas básicas nos polos de entregas. O grande desafio foi exatamente esse, como fazer para que essas cestas básicas chegassem ao maior número de alunos da Escola Agrícola Assis Chateaubriand - PB nas localidades rurais. Então foi marcada uma reunião entre o Diretor da EAAC, o Secretário, uma Técnica Administrativa e dois motoristas da Instituição de Ensino, que juntos se prestaram a executar a entrega dessas cestas básicas, mesmo diante da pandemia e do isolamento social. Estas cestas básicas foram fundamentais pois através delas foram garantidos alimentos para as várias famílias dos discentes, da Escola Agrícola Assis Chateaubriand (EAAC) e também conseguimos garantir a permanência da maioria dos alunos em sala de aula, mesmo de forma remota e virtual.

**Palavras - Chave:** Assistência Educacional, Cestas Básicas Pandemia, Segurança Alimentar.

## ABSTRACT

This work addresses the issue of the importance and fundamental role of Public Administrators of education within the management and administration in public schools in atypical moments and of Public calamity. The main point of this approach was the issue of education in a pandemic period and how to deal with the various challenges presented. It would be necessary to continue teaching and prioritize the issue of food security in the context of social isolation. In this way, the role of Public Education Institutions, supported by the numerous food security programs and provision of assistance to students from public networks, were analyzed and developed within this new scenario, seeking to guarantee quality remote education and adequate nutrition in a atypical period. Supported by these assistance programs and laws guaranteeing quality education, the Assis Chateaubriand Agricultural School – Campus II UEPPB, Lagoa Seca, located in Brejo Paraibano. It was one of the Teaching Institutions considered to develop the delivery of food resources to its students. The Third Regional Education Management - PB, played a key role in delivering the countless basic food baskets distributed in Educational Institutions. In the face of the numerous Schools within the State of Paraíba, Escola Agrícola Assis Chateaubriand (EAAC) encountered more complex challenges given that most students at Escola Agrícola Assis Chateaubriand (EAAC) are residents of rural areas and that in the face of the pandemic and the social isolation, they were unable to access these basic food baskets at delivery centers. The big challenge was exactly that, how to ensure that these basic food baskets reached the largest number of students at the Agricultural School Assis Chateaubriand - PB in rural areas. So a meeting was scheduled between the Director of EAAC, the Secretary, an Administrative Technician and two drivers from the Teaching Institution, who together offered to deliver these basic food baskets, even in the face of the pandemic and social isolation. These basic food baskets were fundamental because through them food was guaranteed for the various families of the students, from the Assis Chateaubriand Agricultural School (EAAC) and we were also able to guarantee the permanence of most students in the classroom, even remotely and virtually.

**Keywords:** Educational Assistance, Pandemic Basic Baskets, Food Security

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>EAAC</b>	Escola Agrícola Assis Chateaubriand
<b>INSAN</b>	Insegurança Alimentar e Nutricional
<b>PNAE</b>	Programa Nacional de Alimentação Escolar
<b>SAN</b>	Segurança Alimentar Nutricional

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	13
2.	REVISÃO TEÓRICA	14
2.1	DEFINIÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	17
2.2	GESTÃO PÚBLICA	17
3.	METODOLOGIA	19
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
5.	CONCLUSÃO	26
6.	REFERÊNCIA	27
7.	ANEXOS	29

## 1 INTRODUÇÃO

A humanidade foi surpreendida por uma infecção viral causada pelo Sars-Cov-2, foi detectada pela primeira vez em dezembro de 2019 na China, sendo considerada pandemia em março de 2020, fazendo que o mundo tomasse medidas drásticas na tentativa de diminuir sua disseminação, a falta de informação gerou pânico e desconfiança de todos sobre o assunto.

Dentre estas medidas países fecharam suas fronteiras, causando um colapso socioeconômico nunca visto na atualidade, sendo considerada das mais impactantes pandemias em que já vivenciamos, acarretando na interrupção das atividades cotidianas e processos rotineiros, como trabalho e frequência às escolas, que precisaram ser adaptados, as pessoas tiveram que se afastarem de parentes e amigos seguindo o afastamento social.

No Brasil, as escolas privadas e públicas suspenderam as aulas em março na tentativa de frear a contaminação e, a partir de então, iniciou-se o desafio de dar continuidade ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para não comprometer o acesso de 41 milhões de escolares à alimentação, principalmente porque se espera que os efeitos socioeconômicos da crise decorrente da pandemia afetem fortemente a parcela mais vulnerável da população brasileira.

A pandemia do COVID-19 ao redor do mundo revelou-se uma ameaça concreta e imediata nas questões da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) de populações mais vulnerabilizadas, acentuando ainda mais as diferenças sociais, ocasionado o aumento da fome. As populações em situação de fome crônica cresceram drasticamente, resultando na condição de insegurança alimentar e nutricional (InSAN). Se tornando essenciais os governantes priorizar a garantia das condições de sobrevivência para o enfrentamento das mudanças forçadas pela pandemia (OLIVEIRA, et al., 2020)

Portal, et al., (2021) destaca que em todo o Brasil, as estratégias adotadas pelas Entidades Executoras foram muito heterogêneas, embora as orientações e normas tenham sido direcionadas a todo o país, a melhor forma de manter a alimentação escolar durante a suspensão das aulas presenciais caberia à gestão local.

Em busca das estratégias de aliviar essas preocupações e garantir esse direito da alimentação aos estudantes, bem como, manter o dever do Estado com a educação, por meio da Lei nº 13.987 de 07/04/2020, regulamentada pela Resolução CD/FNDE nº 02 de 09/04/2020, o governo federal alterou a legislação do programa, excepcionalmente durante o período de calamidade pandêmica, qual autorizou a distribuição de gêneros alimentícios aos estudantes e/ou responsáveis (Brasil, 2020). Portanto a execução dos recursos do PNAE foi direcionada a compra de kits de alimentação (cesta básica) e os docentes puderam ter acesso a essa política por meio do recebimento dessas cestas na tentativa de amenizar tantos problemas causados pela pandemia.

A escolha do tema se desenvolveu a partir do momento que foi entendido a situação social econômica dos alunos da Escola Agrícola Assis chateaubriand, Campus II /UEPB, sendo boa parte dos alunos de zona rurais.

A Escola Agrícola Assis chateaubriand de nível técnico médio na sua estrutura pedagógica existe um Conselho Escolar que é contemplado pelo PNAE e outra verbas tanto Federais como Estaduais. Por participar do Programa Nacional de Alimentação Escolar, integrada a Terceira Região de Ensino que é um órgão que todas as escolas de nível médio e técnico têm que prestar contas. Por isso nossa Escola em período de pandemia foi contemplada com os dispositivos do decreto de prorrogação do isolamento social do Governador João Azevedo que garantiu a transformação das verbas advindas do PNAE em kits de cestas básicas em prol da garantia da segurança alimentar dos alunos matriculados da Paraíba.

Porém a EAAC tinha a frente o desafio maior, pois devido a maioria dos seus discentes devido ao afastamento social e a impossibilidade de ir buscar as cestas básicas no Campus II, viu-se a necessidade de uma gestão colaborativa para a entrega das cestas básicas.

Nesse sentido o relatório de experiência foi desenvolvido por mim Erinaldo Dias de Amorim, sendo alocado no Campus II /, na função de secretário dos Cursos Técnicos em Agropecuária e em Agroindústria, sendo responsável na linha de frente juntamente a equipe de frente na distribuição de cestas básicas ao alunado da Escola em caráter de responsabilidade social e com a certeza de está contribuindo para a segurança alimentar de todos os alunos.

Desta forma em reuniões com a direção e a equipe de frente mesmo diante de todas as recomendações e do grande perigo existente de contágio pelo Covid-19, buscamos prestar essa assistência aos alunos levando as cestas básicas em cada município nas respectivas cidades: Lagoa Seca, Matinhas, Alagoa Nova, Lagoa de Roça, Esperança, Remígio, Areia, Queimadas, e Caturité fazendo as doações de 626 cestas básicas para 130 alunos.

## 2 REVISÃO TEÓRICA

O início da pandemia Segundo Gruber (2020), começa ao final de 2019, quando rumores de um novo tipo de gripe no sudoeste asiático foi relatado a Organização Mundial da Saúde - OMS. A teoria mais aceita de sua origem estava vinculada a animais silvestres – provavelmente morcego ou pangolim - na região de Huanan na Província de Wuhan na China, mais especificamente nos mercados de animais vivos, depois estabelecido como marco zero da doença. Após um tempo este agente foi identificado como um vírus do tipo corona, então passou-se a vincular a possibilidade de uso de tratamentos já adiantados para outros coronavírus como no caso da Síndrome Respiratória Aguda Grave - SARS e da Síndrome Respiratória do Oriente Médio - MERS (LIMA, 2020).

Para tentar minimizar os riscos de contaminação adotaram-se estratégias já realizadas em outras pandemias como o distanciamento social, para (Santos, 2006) e Resende (2009), o distanciamento social também foi utilizado em outras pandemias como a da gripe espanhola e da peste negra, com fins para evitar a propagação das doenças que assolavam o tempolugar, e que também acarretou no fechamento de instituições escolares.

De acordo com as Nações Unidas (2020), o fechamento das escolas, apesar de proteger crianças e jovens do vírus, implica na interrupção do processo de aprendizagem para aqueles em situação de alta vulnerabilidade e eleva o risco de aumentar as taxas de abandono escolar podendo gerar uma queda expressiva no nível de capital humano no futuro, além de prejudicar a rede de proteção social devido a interrupção da merenda escolar e ao acúmulo de trabalho e cuidados pelas mulheres.

Segundo Alpino, et al., (2020) este momento da pandemia coloca em foco o maior problema do Brasil, as desigualdades sociais, e essas que agravam os efeitos da COVID-19 nas condições de vida da população. Faz-se necessário que o Estado reconheça a extensão das desigualdades sociais como um obstáculo para o desenvolvimento, e reorganize as políticas econômicas do país priorizando as questões que proporcionem a proteção social, pois o modelo econômico dominante criou condições propícias para a insegurança alimentar e o aumento da pobreza (PAULA & ZIMMERMANN, 2021).

Em fevereiro de 2020 foi declarado situação de calamidade pública no Brasil, por meio da Portaria GM/MS nº 188/2020, após esse evento diversas medidas foram tomadas para o controle de contaminação pelo coronavírus, causador da COVID-19. Iniciou-se as suspensões de atividades presenciais nas instituições de ensino e com isso se iniciou também as preocupações com a garantia dos direitos dos estudantes ao ensino, bem como ao acesso à alimentação escolar de mais de 40 milhões de estudantes da educação básica, visto que, para alguns essa alimentação realizada na escola era a principal ou até a única refeição do dia.

Para Amorim et al., (2020), com o isolamento social e conseqüentemente a suspensão das aulas nas escolas públicas, observou-se uma paralisação ou instabilidade do acesso à alimentação por parte dos estudantes. O fechamento das escolas a partir de março/2020 devido à pandemia deixou um imenso contingente de estudantes sem acesso às refeições diárias fornecidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), contribuindo para a insegurança alimentar e nutricional (InSAN) de muitos dos escolares e suas famílias. (GURGEL, et al., 2020).

No Brasil, o conceito tem a visão mais abrangente que permite a melhor compreensão das inter-relações entre as dimensões de SAN:

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (CONSEA, 2004).

A alimentação de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, é um direito de todos, tendo como base práticas alimentares que promovam a saúde que respeitem a diversidade cultural, econômica e socialmente sustentável.

Segundo Maluf & Menezes,

Segurança Alimentar e Nutricional é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. Esta condição não pode comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem sequer o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. É responsabilidade dos estados nacionais assegurar este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, dentro das formas possíveis para exercê-lo (MALUF & MENEZES, 2000, p. 04).

Dentre as consequências causadas pelo fechamento das escolas tornou-se visível e preocupante resultando ao agravamento da insegurança alimentar. No contexto da pandemia, a insegurança alimentar está diretamente relacionada a um incontestável empobrecimento da população, colocando a sociedade diante de desafios que vão além da crise sanitária (PAULA; ZIMMERMANN, 2021).

A efetivação do dever do Estado com a educação ocorre por meio da política pública do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), este que é o mais antigo programa de alimentação escolar do Estado brasileiro, sendo considerado um dos maiores e mais abrangentes do mundo no que se refere ao atendimento universal aos estudantes da educação básica e de garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável.

A alimentação escolar desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno, ao mesmo tempo em que também garante um suprimento mínimo de alimentos às populações carentes. Dentro desse contexto, o PNAE pode ser considerado um importante programa de garantia à segurança alimentar no Brasil (BELIK, 2007).

O governo federal editou a lei n 13.987, de 7 de abril de 2020 que altera a Lei nº 11.947 de 2009 para autorizar, em caráter excepcional durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas da educação básica. Outra lei que colabora com a questão da alimentação nas escolas é a Lei nº 11.947/2009, instituiu as seguintes diretrizes da alimentação escolar: a) Alimentação saudável e adequada; b) Educação alimentar e nutricional; c) Universalização; d) Participação social; e) Promoção do desenvolvimento sustentável; e f) Direito à alimentação escolar (Brasil, 2009).

A oferta de alimentos na merenda escolar para todos os estudantes matriculados na rede pública de ensino faz parte do programa da universalidade. Assim a iniciativa da prestação de assistência de cestas básicas para as Escolas Estaduais surgiram diante do decreto 40.242 assinado pelo Governador João Azevedo que prorrogava o isolamento social e aumentava as regras proibitivas com objetivo de combater o avanço do COVID-19. É diante das restrições de isolamento social que surge a preocupação de fornecer as cestas básicas para todos os alunos matriculados na rede Estadual.

Dessa forma, as escolas passaram a distribuição em forma de kits para os alunos matriculados o alimento que iria para a merenda escolar. No entanto, Amorim et al (2020) entendem que os desafios impostos nestes tempos de pandemia e suas consequências econômicas e sociais à execução do PNAE devem ser encarados, ao mesmo tempo como “um chamado para um debate mais amplo e profundo sobre o sentido e o significado da alimentação escolar num país com altos índices de insegurança alimentar” (p. 1143) como é o caso do Brasil.

A alimentação saudável é uma necessidade básica para todos os seres dos seres para que os mesmos desenvolvam suas funções vitais, estimulando o desenvolvimento físico e mental, assim, a merenda escolar colabora com as questões nutricionais, que muitas vezes o alunado não tem em casa.

A iniciativa de doação das cestas foi de grande importância, pois inúmeras famílias diante da pandemia não tinham o alimento básico para sobreviver. Então todas as Escolas Públicas começaram a elaborar planos gestores, para a entrega dessas cestas básicas de forma que todo mês cada aluno matriculado recebesse uma cesta básica.

Mesmo com as aulas suspensas, isolamento social dos servidores da Escola Agrícola Assis Chateaubriand, a necessidade dos alunos se posicionou em caráter de urgência e relevância. Por esse sentimento de solidariedade essa pequena equipe não teve medo de entrar na linha de frente para prestar essa assistência, mesmo diante de um vírus letal.

O trabalho para chegar às localidades desenvolvido o estudado e planejado de forma estratégico, para que cada aluno garantisse o mínimo da refeição diária. A maior motivação foram os inúmeros relatos, os diversos pedidos de ajuda, a pandemia se alastrando, pessoas

isoladas e sem alimentação, foi pensando nesses inúmeros fatores que a Escola Agrícola Assis Chateaubriand conseguiu manter todos os seus alunos assistindo aulas online e recebendo as cestas básicas mensalmente.

## **2.1 Definição de Administração Pública**

Diversos autores definem como função da Administração Pública a garantia do bem-estar social; ou defesa dos interesses da comunidade; ou zelar pelo bem comum da coletividade. A afirmativa comum é de que a atividade do administrador deve ser orientada para esse objetivo. Ou seja, a defesa do interesse público corresponde à finalidade da Administração Pública.

A função administrativa é o conjunto de poderes jurídicos destinados a promover a satisfação de interesses essenciais, relacionados com a promoção de direitos fundamentais, cujo desempenho exige uma organização estável e permanente e que se faz sob-regime jurídico infra legal e submetido ao controle jurisdicional (JUSTEN FILHO, 2009).

## **2.2 Gestão Pública**

Na iniciativa privada a ideia de eficiência fundamenta-se nas possibilidades de geração de lucro. No sistema público, por sua vez, o conceito de eficiência fundamenta-se em solucionar problemas públicos e, por conseguinte, atender às necessidades coletivas. Isto posto, a gestão pública estratégica deve seguir metodologia e estratégias específicas para alcançar seus objetivos. Ainda de acordo com (DAGNINO; CAVALCANTI; COSTA, 2016, p. 17).

(...) o termo “Gestão Estratégica” possui uma dupla conotação. A primeira é a de se opor à de tática: curto prazo ou ganhar a batalha versus longo prazo ou ganhar a guerra. A segunda conotação remete ao fato de que a gestão pública, para ser eficaz deve entender que as ações do gestor se dão no âmbito de um jogo social ou político, que tendem a contrariar outros e que, por isto, ele terá que prever que elas implicarão movimentos estratégicos e reações dos mesmos.

Independente das situações adversas que a escolas enfrentaram, os princípios democráticos e a preocupação com a qualidade do ensino e aprendizagem necessita ser sustentados visando o aprendizado dos discentes. A importância da gestão escolar e o planejamento das ações, tornou-se a chave mestra para manter as escolas abertas.

Uma gestão democrática precisa envolver além dos gestores, professores, funcionários, pais e alunos nas decisões. Quando a gestão é monopolizada, as dificuldades aumentam. De acordo com Peres (2020, p.25):

[...] desafios pedagógicos e administrativos não faltam para o gestor escolar. Dessa forma, ele necessita desenvolver novas competências que advindas de novas interações e novos conhecimentos, que permitam uma reconfiguração interna para um pensar inovador, e que possibilite a sua participação no desenvolvimento de ações essenciais para esse novo presente da gestão escolar. (PERES, 2020, p.25).

Na busca de potencializar a Gestão Escolar frente à momentos desafiadores, ações como, o planejamento conjunto, o diálogo envolvendo gestores, professores, funcionários e famílias é muito relevante, tendo sempre o discente no foco das discursões.

Entre os objetivos principais da EAAC estão o desenvolvimento da Educação Profissional a técnico, voltados para o setor primário da Agropecuária e Agroindústria, bem como promover uma formação técnica de qualidade a seus alunos baseadas no tripé do Ensino da Pesquisa e da Extensão. Tudo isso, focado no compromisso para promover o desenvolvimento da região do polo da Borborema.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa qualitativa e de tipologia exploratória apresentou como fonte de dados, além de estudos bibliográficos, a coleta de dados para a compreensão do perfil dos discentes foram obtidos através do na secretária da Escola Agrícola Assis Chateaubriand (EAAC), Campus II da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em Lagoa Seca-PB. Para assim realizar a triagem da doação das cestas básicas.

Destaca-se que, de acordo com Freitas (2016), a revisão bibliográfica se faz importante para uma melhor contextualização dos cenários e do estado de conhecimento da área de pesquisa, permitindo assim a comparação de abordagens, além da identificação de pontos convergentes e divergentes da temática analisada (FREITAS, 2016). Ainda nesse contexto, Gil (2017) afirma que a pesquisa bibliográfica permite ao investigador a possibilidade de cobrir uma gama de fenômenos mais ampla, ou seja, superior àquela que poderia ser pesquisada diretamente.

Tendo o Campus II, a missão é promover, ao estudante do curso Técnico concomitante em Agropecuária e Agroindústria, conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, dentro de uma perspectiva empreendedora, inserida na realidade social, cultural e ambiental. Promovendo uma formação técnica de qualidade a seus alunos baseadas no tripé de Ensino da Pesquisa e da Extensão. Tudo isso, focado no compromisso no desenvolvimento da região do polo da Borborema.

A seleção dos alunos segundo protocolo da Terceira Gerencia de Ensino era para cada aluno matriculado e que frequentasse as aulas teria direito a uma cesta básica, se no núcleo família tivesse mais de um aluno matriculados todos receberiam.

Nesse sentido cada Escola recebeu um quantitativo para distribuição e o procedimento era de aguardar, que os pais ou responsáveis fossem até a escola para a retirada das cestas básicas. Todavia cada escola possui particularidade por possui 80% do seu alunado advindos de localidades de zonas rurais, aumentou-se o desafio da entrega dos kits.

No período de pandemia devido à nova modalidade de ensino o remoto, houve na escola uma evasão significativa devido a carência dos alunos da Escola Agrícola em conseguir aderir a aparelhos tecnológicos e uma internet de qualidade. A média de alunos antes da pandemia era de 210, porém matriculados nesse período foram 190 alunos e presentes nas aulas remotas 150. Entre maio de 2021 até abril de 2022, 130 discentes foram contemplados mensalmente com uma cesta básica, onde ao final do processo era realizada a guia de trânsito e recebimento das cestas básicas (anexo 01).

Devido ao afastamento social o secretário dos Cursos Técnicos, marcou reuniões através do GOOGLE MEET, as reuniões virtuais tendo sempre o dialogo com o Diretor de Centro (EAAC), Alde Cleber de Lima Silva onde era discutida a importância e como seria a dinâmica para as cestas chegarem às localidades, relatando a dificuldade que seria para a Escola Agrícola fazer as entregas visto possui alunos em 10 municípios que os alunos residem para efetuar as entregas, tendo em vista que poucos poderiam buscar as cestas básicas na escola e que o grande desafio estava em chegar a cada aluno necessitado em municípios diferentes. Sendo necessário um plano de contingência para que toda a segurança fosse promovida no momento das entregas.

O primeiro passo era organizar os pontos de entregas, nos Municípios e saber o tanto de alunos que naquelas localidades iriam receber as cestas. Geralmente os pontos de entregas, eram nas cidades dos municípios, em pontos específicos, porém inúmeros alunos não tinham como chegar até os pontos de entregas, devido a morarem em lugares de zonas rurais mais distantes daqueles municípios em destaque, todavia estes que não conseguiam chegar aos pontos de entregas, a equipe acabavam se deslocando até estas residências.

Tendo como meta de entregar o maior número de cestas possíveis, outra discussão seria quem seria a equipe a ser linha de frente nas entregas das cestas e como atender a todos os protocolos sanitários.

Na entrega das cestas os colaboradores de linha de frente seguiram as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), seguindo todos os protocolos necessários a fim de evitar a contaminação tanto da equipe quanto dos discentes envolvidos.

#### **4 RESULTADOS E DISCURSÃO**

Estratégias para a segurança alimentar e nutricional em situações de emergência exigem respostas rápidas. Considerando as diferentes dimensões da SAN, as iniciativas e as políticas para sua garantia devem conter ações articuladas que contemplem, a um só tempo, tanto seu componente alimentar (disponibilidade, produção, comercialização e acesso aos alimentos) como nutricional (relacionado às práticas alimentares e utilização biológica dos alimentos), de forma a corrigir os desvios urgentes, e definir um futuro de maior SAN. Neste intuito buscou-se viabilizar cestas básicas aos discentes dos Cursos Técnicos do Campus II.

É possível afirmar que independente das situações adversas que as escolas possam enfrentar os princípios democráticos e a preocupação com a qualidade do ensino e aprendizagem necessita ser sustentados garantindo qualidade no ensino e alimento de qualidade. E, partindo destes princípios, que a gestão escolar irá planejar suas ações, desta forma foi criado o grupo de frente no enfrentamento para diminuir a insegurança alimentar.

Em período de pandemia devido à nova modalidade de ensino o remoto, houve na escola uma evasão significativa devido a carência dos alunos da Escola Agrícola em conseguir aderir a aparelhos tecnológicos e uma internet de qualidade. A média de alunos antes da pandemia era de 210, porém matriculados nesse período foram 190 alunos e presentes nas aulas remotas 150. Estes 150 uma média de 130 receberam as cestas. Sendo 60 homens e 70 mulheres contemplados com essas cestas.

Foram doadas de maio de 2021 até abril de 2022, 626 cestas básicas, porém foram enviadas pela Terceira Região de Ensino durante o período em destaque 830 cestas básicas sendo devolvidas 204 por falta de aluno impossibilitado de irem buscar nos postos de entrega ou na escola (tabela 01).

**Tabela 01: Número de remessas / data/ cestas recebidas /doadas/devolvidas**

Remessa	Data	Cestas Recebidas	Doadas	Devolvidas
1º	Maio / 2021	210	90	120
2º	Julho/2021	120	120	0
3º	Agosto / 2021	80	69	11
4º	Setembro /2021	80	80	0
5º	Outubro / 2021	120	72	48
6º	Novembro / 2021	80	75	05
7º	Março / 2022	80	70	10
8º	Abril / 2022	60	50	10

**Autoral: Erinaldo Amorim**

Foram doadas de maio de 2021 até abril de 2022, 626 cestas básicas, porém foram enviadas pela Terceira Região de Ensino durante o período em destaque 830 cestas básicas sendo devolvidas 204 por falta de aluno impossibilitado de ir buscar nos postos de entrega ou na escola.

A primeira remessa foi entregue na Escola Agrícola Assis Chateaubriand, com o quantitativo de 210 (duzentas e dez) cestas básicas, de acordo com o número de alunos matriculados, dessas 210 (duzentas e dez) 90 (noventa foram doadas), esse número baixo de procura se deu ao temor da Pandemia e inúmeras informações desconhecidas em relação a propagação do vírus, poucos foram até a escola e os que foram era do município onde se encontra a Instituição de Ensino (EAAC) e o restante dentre as 90 foram entregues nas cidades circunvizinhas como: Lagoa de Roça, Esperança, Remígio, Areia, Alagoa Nova, Matinhas, Queimadas e Caturrite . As 120 que sobraram foram devolvidas para a Terceira Região de Ensino para que fossem distribuídas para outras escolas, como eram alimentos perecíveis não se recomendava armazená-los por muito tempo.

A dinâmica a partir dessa primeira remessa passou a ser de acordo com a procura e a solicitação dos alunos, por isso a tabela demonstra variações de entregas. O corpo administrativo começou a fazer os pedidos de cestas básicas de acordo com as solicitações dos alunos e assim foram feitas mais 7 entregas ao longo da pandemia. A recomendação da Terceira Região de Ensino era não desperdiçar e as cestas que não fossem doadas devolvessem, para remanejamento para outras escolas.

O protocolo de entrega por parte da Terceira Região de Ensino se dava a partir do contato com o secretário da Escola Agrícola que recebia uma guia com os números de cestas que seriam entregues e assim que as cestas chegavam o secretário devolvia a guia assinada ao motorista da entrega depois da conferência. As cestas era armazenadas em uma determinada sala, alguns alunos moradores do municípios vinham buscar e o restante nos dias seguintes eram colocadas dentro do carro da escola e a equipe de linha de frente seguiam até os pontos de entregas combinados com os alunos ou responsáveis

que iriam receber as cestas, sempre atendendo todos os protocolos de distanciamento e o uso constante de álcool e mascarar.

A maioria dos alunos da Escola Agrícola mora em zonas rurais dos 130 alunos que em período de pandemia frequentaram as aulas remotas 90 são de zonas rurais e 40 de zona urbana. Esta problemática veio a ser resolvida pelos esforços do secretário do Técnico em Agropecuária Sr. Erinaldo Amorim, que com muito esforço criou um grupo de frente para desenvolver um cronograma de entrega destas cestas básicas para os alunos da zona rural que não tinham transporte para vir ao Campus II buscarem a cestas.

O primeiro desafio foi a Pandemia por inúmeras informações desconhecidas em relação a sua letalidade; A dinâmica usada pelo governo do Estado era deixar nas escolas as cestas e os alunos irem buscar, porem a realidade da Escola agrícola seria bem diferente, tanto em relação ao acesso para chegar à escola, localizada em uma zona rural no município de Lagoa Seca- PB, como o distanciamento dos municípios onde residiam a maioria dos alunos e o isolamento social decretado.

A primeira entrega foi ocorrida em maio de 2021, onde foram recebidas 210 cestas básicas (Imagem 01/02), onde foram doadas 90 cestas e devolvidas 120 cestas básicas. Por diversos motivos a equipe não conseguiu entregar todas as cestas dentre eles: o isolamento social e o medo de adquirir a enfermidade; falta de transporte do meio rural até a EAAC, questões pessoais da equipe técnica do Campus II perante a pandemia; seleção dos municípios.

#### **Imagem 1/2: Entrega das cestas na EAAC**



**Autoral: Erinaldo Amorim**

Dentre os obstáculos foi a formação da equipe para ser linha de frente nas entregas das cestas, porque diante do isolamento social poucos funcionários iriam enfrentar essa missão até porque não foi uma obrigatoriedade da Escola mas sim um ato de humanidade por parte de alguns integrantes do corpo administrativo, junto com os Diretores de Centro e da Escola e alguns dos motoristas da instituição (Imagem 3/4).

**Imagem 3/4: Entrega das cestas na EAAC**



**Autoral: Erinaldo Amorim**

Depois de selecionada a equipe de frente, foi selecionar os municípios para que se pudessem ser agendados os horários e locais nos municípios circunvizinhos para que a entrega fosse feita. Já para aqueles alunos que não podiam chegar nas cidades de entregas, o deslocamento teria que ser para os inúmeros assentamentos e sítios dentro das localidades (Imagem 5/6).

**Imagem 5/6: Entrega em Caturité / Areia**



**Autoral: Erinaldo Amorim**

Além disso, no ato da entrega os alunos beneficiados tinham que assinar a documentação de estarem recebendo as cestas básicas para isso as medidas sanitárias e o afastamento tinha que ser preciso para evitar o contágio do Covid-19. Diante de tantos agravamentos econômicos e sociais oriundos da pandemia no Brasil, várias famílias passaram a ocupar a faixa de miserabilidade, não tendo sequer as condições básicas de vida. Conclui-se que qualquer esforço que venha a diminuir o sofrimento das famílias dos estudantes paraibanos devia ser estimulado e executado como princípio fundamental em respeito à vida.

Dentre os municípios contemplados com a entrega das cestas na zona rural foram entregues em Areia e em Catutité (Imagem 6/7).

**Imagem 6/7: Entrega Areia / em Caturité**



**Autoral: Erinaldo Amorim**

No cronograma e ajustes realizados junto a equipe de frente e os discentes ocorreram entregas em pontos estratégicos para facilitar a vida dos estudantes, a cada entrega a equipe de frente informava sobre as precauções contra o Covid -19, mesmo mantendo o distanciamento procurava-se acolher e conversar com os alunos sobre o curso, a família e a importância de uma alimentação saudável.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto de Pandemia os Administradores Públicos da Paraíba não deixaram de prestar assistência a educação mesmo diante dos grandes desafios encontrados, o trabalho estratégico e minucioso teve que ser preciso e contínuo, para corrigir as lacunas existentes. Para os discentes as mudanças do ensino presencial para o remoto não foi fácil, a inserção de novas tecnologias na estrutura do aprender, e uma das problemáticas das mais difíceis de serem combatidas, a problemática da falta de alimentação escolar causou vários transtornos. A alimentação escolar entra como fator determinante ao que tange o combate à insegurança alimentar e é fundamental incentivo no processo da aprendizagem. Foram necessárias manobras em planos governamentais já existentes e outros criados, para garantir que as verbas destinadas às merendas chegassem de alguma forma nas residências dos alunos das redes públicas em forma de cestas básicas. Segundo a Constituição Federal da República no seu artigo 208 que se refere ao dever do Estado com a Educação que será efetivada mediante a garantia de: “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (inciso VII). (Redação dada pela Emenda Constitucional n 59, de 2009). Neste sentido foi de suma importância para que as cestas chegassem em seu destino, podendo desta forma acalmar as famílias que necessitavam de comidas em sua mesa.

## REFERÊNCIAS

ALPINO, Tais de Moura Ariza; SANTOS, Cláudia Roberta Bocca; BARROS, Denise Cavalcante de; FREITAS, Carlos Machado de. **COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais**. Cad Saude Publica, v. 36, n. 8, set., 2020.

AMORIM, Ana Laura Benevenuto de; RIBEIRO, José Raimundo Sousa; BANDONI, Daniel Henrique. **Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19**. Revista de Administração Pública, v. 54, p. 1134-1145, 2020.

BELIK W. Políticas públicas, pobreza rural e segurança alimentar. In: Pochmann M, Fagnani E. **Série debates contemporâneos, economia social e do trabalho** n.1. São Paulo: LTr; 2007. p.180-95.

BERTUCCI-MARTINS, L. M. "**Conselhos ao povo**": educação contra a influenza de 1918. Cad. CEDES, Campinas , v. 23, n. 59, p. 103-118, abr 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622003000100008>. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Lei n.º 13.987, de 7 de abril de 2020. Disponível em: . Acesso em: 29 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola. Diário Oficial da União 2009.

CONSEA - CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. A construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Relatório final. Olinda, PE: Consea, 2004.

CORREIO, Portal. **Cestas básicas serão fornecidas para alunos da rede pública estadual**. Site. Disponível em < <https://portalcorreio.com.br/cestas-basicas-alunos-publica-estadual/> > Acesso em: 22 de jan, 2023.

DAGNINO, R.; CAVALCANTI, P. A; COSTA, G. **Gestão Estratégica Pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wpcontent/uploads/sites/5/2017/05/gestao-WEB-final.pdf>. Acesso em 18 jan. 2023.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Municípios recebem prêmio por boas práticas na gestão da merenda escolar. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/area-deimprensa/noticias/item/5081-munic%C3%Adpios-recebem-pr%C3%Aamio-por-boaspr%C3%A1ticas-na-gest%C3%A3o-da-merenda-escolar>. Acesso em: 09 fev. 2020.

FREITAS, Aline Hubner. Reflexões sobre a pesquisa acadêmica: Revisão bibliográfica, vivência e conhecimento. Palíndromo, v. 8, n. 15, p. 74-82, 2016.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GRUBER, A. Jornal da USP. Covid-19: o que se sabe sobre a origem da doença, 2020. Disponível em: . Acesso em: 09 mai 2023

GURGEL, Aline do Monte et al. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 4945-4956, 2020.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos (Org.). Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, Cláudio Márcio Amaral de Oliveira. Informações sobre o novo coronavírus (COVID19). *Radiologia Brasileira*, v. 53, n. 2, p.5, 2020. Disponível: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010039842020000200001&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010039842020000200001&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 8 março 2023.

MALAGUTI, Jane Mary Albinati. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): desafios para a inclusão dos produtos da agricultura familiar na merenda escolar de Itapeçerica da Serra – SP. 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas e Organizações Públicas) – Universidade Federal de São Paulo, Osasco/SP, 2015.

OLIVEIRA, Tatiana Coura et al. (In) Segurança alimentar no contexto da pandemia por SARS-CoV-2. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 7, p.3-4, 2020. Disponível: <https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n4/e00055220/pt/>. Acesso em: 12 março 2023.

ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: Acesso em: 06 fev. 2023

PAULA, N. M.; ZIMMERMANN, S. A. A insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. **Revista Necat**, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 55-66, jan. 2021.

PERES, Maria Regina. Novos desafios da gestão escolar e de sala de aula em tempos de pandemia. *Revista de Administração Educacional*, v. 11, n. 1, p. 20-31, 2020.

SILVA, Juliano André D da; WEINMAN, Carlos. Os desafios de uma gestão democrática em tempos de pandemia na escola pública. In: PALÚ, Janete; SCHÜTZ, Jenerton A.; MAYER, Leandro. Desafios da educação em tempos de pandemia. Cruz Alta: Ilustração, 2020. p. 155 -168.

SPERANDIO, N.; MORAIS, C. D.. Alimentação escolar no contexto de pandemia: a ressignificação e o protagonismo do Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 28, p. e021006-e021006, 2021.

**ANEXOS**

### Anexo 01: Guia de trânsito e recebimento das cestas básicas.

**SEMPRE TODOS PARAIBA** GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
GERÊNCIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA ESCOLAR INTEGRADA  
GOVERNO DO ESTADO GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO

Data da Emissão: 20 de janeiro de 2022  
Bairro: Zona Rural  
Nº de Controle: 2021/40362  
Nº DA REMESSA: 05/2022

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PROCESSO DE AQUISIÇÃO: SEE-PRC-2021/04327  
TRANSPORTADORA: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_

KM INICIAL: \_\_\_\_\_ KM FINAL: \_\_\_\_\_ PLACA: \_\_\_\_\_ MOTORISTA: \_\_\_\_\_ MAT: \_\_\_\_\_

Contratos nº: \_\_\_\_\_

#### GUIA DE TRÂNSITO E RECEBIMENTO CESTAS BÁSICAS

LOTE Nº	GRE	QUANTIDADE DE MATRÍCULAS	SOBRAS DECLARADAS	QUANTIDADE DE CESTAS BÁSICAS
Lote 04	03ª GRE (Campina Grande)	120	51	69

CRE DESTINO	INEP - ESCOLA DESTINO	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	NOME RESPONSÁVEL	TELEFONE DE CONTATO
03ª GRE (Campina Grande)	25077686 - Escola Agrícola Assis Chateaubriand-UEpb	Lagoa Seca	Sítio Imbaúba - Zona Rural - 58117000	Aldé Cleber de Lima Silva	8333661244

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE DE CESTAS	QUANTIDADE RECEBIDA
1	CESTA BÁSICA para alimentação de alunos da Rede Estadual de Ensino durante o período de pandemia causada pelo COVID-19, contendo 2 (dois) quilos de arroz tipo 1, 1 (um) quilo de feijão tipo 1, 1 (um) quilo de açúcar cristal, 1 (um) pacote de macarrão sem molho tipo espaguete, 1 (um) quilo de farinha de mandioca fina, branca, crua, 1 (um) galão de óleo de soja, 2 (dois) pacotes de leite em pó integral, 2 (dois) pacotes físicos de milho para cozido, 1 (um) pacote de 400g de biscoito salgado, tipo "cream cracker", invólucro com 3 litros, 1 (um) quilo de Sal refinado, 1 (um) lata de sardinha em conserva no óleo, 1 (um) pacote de café em pó, torrado, moído, 250g. A cesta básica deverá ser acondicionada em sacos plásticos, transparente, resistente ao manuseio, devidamente lacrados de forma a evitar violação, com identificação dos itens e quantidades.	UN	69	

Afirmo que os materiais foram entregues à escola, conforme especificados com a descrição e quantidades acima.

*Arnaldo Dias Amorim*  
Assinatura - Carimbo

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA  
Centro de Ciências Agrárias e Ambientais  
*Arnaldo Dias Amorim*  
Secretário - Matr. 95411-7

Afirmo que os materiais foram recebidos da transportadora conforme especificados com a descrição e quantidades acima.

*Arnaldo Dias Amorim 2054217*  
Assinatura - Matrícula

*17/03/2022*  
DATA DE RECEBIMENTO

Distribuição de Cestas básicas para alunos da Rede Estadual de Educação Básica, conforme Lei Federal de nº 11.947/2009 e resolução 06/2020, Decreto nº 41.085 de 08 de março de 2021.

Imagem: Autoral